

DIÁRIO OFICIAL



MUNICIPIO DE BEBEDOURO

<http://sp.portaldatransparencia.com.br/prefeitura/bebedouro/>



**Prefeitura de
Bebedouro**

ADM. 2013/2016



Unindo esforços, somando competências

Praça José Stamato Sobrinho - N° 45 - CEP 14701-009 - Cx Postal 361
CNPJ - 45.709.920/0001-11 - Insc. Est. Isenta
BEBEDOURO - Estado de São Paulo

DECRETO N° 11.744 DE 01 DE OUTUBRO DE 2015.

Regulamenta o funcionamento do Conselho Municipal do Meio Ambiente, instituído pela Lei Municipal n° 3.692, de 08 de agosto de 2007, Política Municipal do Meio Ambiente, em seu Artigo 20, e Lei Municipal n° 3.859, de 03 de dezembro de 2008.

FERNANDO GALVÃO MOURA, Prefeito Municipal de Bebedouro, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

O Conselho Municipal do Meio Ambiente - **COMDEMA**, em sua 54ª Reunião, realizada no dia 30 de Setembro de 2015, **aprovou** a modificação do texto do **Regimento Interno do COMDEMA**, que passa a vigorar com a seguinte redação:

CAPÍTULO I DA COMPETÊNCIA

Art. 1º Compete ao Conselho Municipal do Meio Ambiente - COMDEMA:

I- assessorar, estudar e propor ao Conselho de Governo diretrizes de políticas governamentais para o meio ambiente e os recursos naturais e deliberar, no âmbito de sua competência, sobre leis, normas, padrões compatíveis com o meio ambiente ecologicamente equilibrado e essencial à sadia qualidade de vida e critérios para licenciamento de atividades afetiva ou potencialmente poluidoras, a ser concedido pelo município e supervisionado pela fiscalização municipal ou órgãos estaduais ambientais, observadas as legislações federal e estadual;

II- determinar, quando julgar necessário, a realização de estudos das alternativas e das possíveis conseqüentes ambientais de projetos públicos ou privados, requisitando aos órgãos federais, estaduais e municipais, bem como a entidade privadas, as informações indispensáveis para apreciação dos estudos de impacto ambiental, e respectivos relatórios, no caso de obras ou atividades de significativa degradação ambiental, especialmente nas áreas consideradas de proteção ambiental;

III- decidir, como última instância administrativa em grau de recurso, mediante depósito prévio sobre as multas e outras penalidades impostas pela fiscalização municipal;

IV- determinar, mediante representação da Fiscalização, a perda ou restrição de benefícios fiscais concedidos pelo Poder Público, em caráter geral ou condicional, e a recomendação para a perda ou suspensão de participação em linhas de financiamento em estabelecimento oficiais de crédito;



- V-** estabelecer metas para o cumprimento das normas e padrões nacionais de controle da poluição por veículos automotores, aeronaves e semelhantes;
- VI-** estabelecer metas para o cumprimento das normas, critérios e padrões relativos ao controle e à manutenção da qualidade do meio ambiente com vistas ao uso racional dos recursos ambientais, principalmente os hídricos;
- VII-** subsidiar as ações do Ministério Público, quando de sua atuação prevista na Legislação;
- VIII-** propor a celebração de convênios, contratos e acordos com entidades públicas e privadas de pesquisas e de atividades ligadas à defesa ambiental;
- IX-** promover, orientar e colaborar em programas educacionais e culturais com a participação da comunidade que visam à preservação da fauna, flora, águas superficiais e subterrâneas, ar, solo, subsolo e recursos não renováveis do município;
- X-** atuar no sentido de estimular e sensibilizar a consciência ambiental, promovendo seminários, palestras e debates juntos aos meios de comunicação e as entidades públicas e privadas;
- XI-** receber as denúncias feitas pela população, diligenciando no sentido de sua apuração, encaminhando aos órgãos municipais e estaduais responsáveis para as devidas providências;
- XII-** emitir parecer conclusivo sobre relatório ambiental para instalação de empresas que possam causar impactos ambientais significativos;
- XIII-** propor a concessão de prêmios e títulos honoríficos às pessoas e instituições que tenham destacado através de atos que tenham contribuído significativamente para a preservação, melhoria e defesa do meio ambiente;
- XIV-** elaborar e aprovar seu Regimento Interno.

CAPÍTULO II DA COMPOSIÇÃO

Art. 2º O Conselho Municipal do Meio Ambiente – COMDEMA será composto por 20 (vinte) membros, de acordo com o seguinte critério:(alterado pela lei municipal 3859/2008).

- I-** 3 (três) representantes Poder Executivo, sendo um do Departamento Municipal de Meio Ambiente, um representante do Departamento Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano e um representante do Departamento Jurídico;
- II-** 1 (um) representante do SAAEB;
- III-** 2 (dois) representantes do Legislativo;

**Prefeitura de
Bebedouro**

ADM. 2013/2016

*Unindo esforços, somando competências*Praça José Stamato Sobrinho - N° 45 - CEP 14701-009 - Cx Postal 361
CNPJ - 45.709.920/0001-11 - Insc. Est. Isenta
BEBEDOURO - Estado de São Paulo

IV- 3 (três) representantes de órgãos públicos estaduais ou federais de atuação no âmbito de defesa e proteção ambiental;

V- 1(um) representante da Vigilância Sanitária;

VI- 10 (dez) representantes de setores organizados da sociedade civil e pessoas de notório saber dedicadas às atividades de preservação do meio ambiente e a melhoria da qualidade de vida sendo distribuídos conforme o seguinte critério:

- a) 1 (um) representante de associação, conselho ou instituição da área jurídica;
- b) 1 (um) representante de associação, conselho ou instituição da área de engenharia;
- c) 2 (dois) representantes de associação, conselho ou instituição de ensino superior ou pesquisa técnica;
- d) 1 (um) representante de associação, instituição de moradores ou clubes de serviço;
- e) 2 (dois) representantes de associação, instituição de atuação ambiental;
- f) 1 (um) representante de associação, instituição de atuação na área rural;
- g) 1 (um) representante de associação, instituição de atuação na área de comércio, indústria e prestação de serviços;
- h) 1 (um) representante de sindicato.

CAPÍTULO III DA ORGANIZAÇÃO

Art. 3º O COMDEMA será integrado por representantes do Executivo Municipal, Legislativo Municipal, Órgãos Estaduais, Sociedade Civil, e constituído pelos seguintes órgãos:

- I-** Plenária;
- II-** Diretoria Executiva;
- III-** Conselhos Temáticos.

Art. 4º A Diretoria do COMDEMA será composta por 1 (um) Presidente, 1 (um) Vice Presidente e 1 (um) Secretário Executivo, com mandato de 2 (dois) anos sendo permitida a recondução, que exercerão suas funções sem receber remuneração.

Art. 5º As eleições se realizarão bianualmente, sempre na segunda quinzena de Março, por convocação da Diretoria Executiva.

§ 1º No início da reunião de eleição da Diretoria Executiva, deverão ser apresentadas às chapas com sua composição.

§ 2º Tendo mais de uma chapa será feita escrutínio secreto por maioria simples dos votos presentes

Art. 6º Poderão ser constituídos Conselhos Temáticos para o melhor andamento dos trabalhos do Conselho do Meio Ambiente, permanentes ou temporários, instituídos na forma e com as atribuições definidas na aprovação pela Plenária do Conselho.



§ 1º A composição de cada Conselho observará, sempre que possível, a participação proporcional dos representantes no COMDEMA.

§ 2º Poderão ser constituídos concomitantemente até 2 (dois) conselhos temporários, que terão objetivos e prazos para apresentação de relatórios estabelecidos no momento de sua instituição.

CAPITULO IV DAS REUNIÕES E DELIBERAÇÕES

Art. 7º As Reuniões do COMDEMA ocorrerão mensalmente em caráter ordinário e, extraordinárias quando convocadas pela Presidência do COMDEMA ou do Conselho da Cidade.

§ 1º As reuniões extraordinárias poderão ser convocadas por seu presidente ou pela maioria simples de seus membros;

§ 2º O Presidente apresentará o calendário para o próximo ano, sempre na segunda quinzena de dezembro;

§ 3º Ao proceder à convocação deverá ser encaminhada aos representantes a pauta da reunião, com 15 (quinze) dias de antecedência;

§ 4º Independe de pauta os assuntos que, por motivos de urgência, a critério do Presidente ou da Plenária, exigem deliberação imediata;

§ 5º As reuniões serão públicas;

§ 6º As reuniões ordinárias e extraordinárias durarão o tempo necessário aos seus objetivos, a critério do Presidente que as poderá interromper, caso julgue conveniente.

Art. 8º Na eventual impossibilidade de comparecimento do Presidente e Vice Presidente, o Presidente indicará um dos membros do Conselho para presidir a reunião, e não havendo indicação, ou verificada a ausência do membro indicado pelo Presidente, presidirá o membro escolhido pelos representantes presentes.

Parágrafo único O não comparecimento do representante a 2 (duas) reuniões sucessivas e 5 (cinco) alternadas sem justificativa aceita pela maioria absoluta da plenária acarretará a exclusão do representante.

Art. 9º O COMDEMA reunir-se-á com a presença da maioria absoluta de seus representantes.



Parágrafo único Caso não haja número legal para instalar a reunião, decorridos trinta minutos da hora designada, o Presidente determinará que a ocorrência seja consignada em ata e declarará instalada a reunião, desde que verificada a presença de um terço dos representantes, cingindo-se os trabalhos à apreciação dos tópicos da pauta previamente publicada.

Art. 10 Os representantes declarar-se-ão impedidos ou suspeitos nos casos previstos em lei.

Parágrafo Único Ocorrendo qualquer das hipóteses de impedimento ou suspeição objeto deste artigo, o representante comunicará ao Presidente, que o fará constar de ata.

Art. 11 Relatado o processo, será a matéria submetida pela Presidência à discussão e julgamento do Plenário.

Parágrafo Único Todo o representante terá direito a voto, cabendo ao Presidente o voto de desempate.

Art. 12 As questões preliminares ou prejudiciais serão discutidas e votadas antes da matéria principal.

Art. 13 Durante os debates, qualquer intervenção oral será obrigatoriamente precedida de solicitação da palavra ao Presidente.

§ 1º Os interessados diretos ou por via reflexa, no processo em pauta, podem requerer a palavra ao Presidente.

§ 2º O Presidente, após aprovação da plenária pode fixar, se entender oportuno, prazo não superior a 5 minutos para manifestação oral dos representantes ou interessados.

Art. 14 Qualquer representante do COMDEMA poderá solicitar vista de processo em pauta, devendo oferecer as razões do seu voto, por escrito, quando da votação.

§ 1º Caberá ao Plenário, por maioria dos presentes, decidir sobre o pedido de vista, que caso concedido, fixará o respectivo prazo, nunca superior a sete dias. (maioria simples)

§ 2º Nos casos definidos como urgentes pelo Prefeito ou pela Diretoria Municipal de Planejamento ou de Meio Ambiente, o prazo de que trata o parágrafo anterior, poderá ficar reduzido a 24 (vinte e quatro) horas, devendo o Presidente comunicar aos presentes a data e hora da próxima reunião para prosseguimento da votação.

**Prefeitura de
Bebedouro**

ADM. 2013/2016

*Unindo esforços, somando competências*Praça José Stamato Sobrinho - N° 45 - CEP 14701-009 - Cx Postal 361
CNPJ - 45.709.920/0001-11 - Insc. Est. Isenta
BEBEDOURO - Estado de São Paulo

Art. 15 Para instrução de processos em pauta poderá o Conselho ou os representantes solicitar o fornecimento de informações a quaisquer órgãos municipais, e na hipótese de se afigurar oportuna consulta a órgãos não pertencentes à Administração Municipal, a solicitação será dirigida ao Presidente, que decidirá após referendado pela plenária.

Art. 16 O Conselho poderá deliberar, convertendo o julgamento em diligência, no sentido de solicitar informações ou esclarecimentos a Órgãos Municipais, ou quaisquer entidades, e essas providências deverão ser efetivadas pelo Presidente após aprovação da plenária.

Art. 17 Esgotadas as discussões sobre as matérias em julgamento, será colocado em votação, proclamando o Presidente o resultado.

Parágrafo único. Concluída a votação, será vedado o retorno ao debate relativo à matéria substantiva, até a alteração das leis, normas e em especial do Plano Diretor conforme revisão prevista em lei.

Art. 18 As deliberações do Conselho serão tomadas por maioria de votos dos presentes.

Art. 19 O voto vencido constará de ata, quando for solicitado por seu prolator e será por este redigido.

Art. 20 O resultado das deliberações poderá consubstanciar-se em:

- I- Informação, quando se tratar de instrução, esclarecimento ou encaminhamento para a realização de estudos;
- II- Pronunciamento, quando se tratar de solução de expediente administrativo específico, não podendo esta solução ser considerada como genérica, sendo vedada a aplicação a outras situações, sem prévia manifestação do Conselho;
- III- Resolução, quando tiver caráter de Instrução Normativa, podendo ser aplicado a casos similares;
- IV- Despacho, quando se tratar de ato de competência do Presidente;
- V- Carta, quando se tratar de comunicação ou convite, em caráter oficial, a órgãos ou entidades, de direito público ou particular.

§ 1º Compete exclusivamente ao Presidente, por despacho e em nome do Conselho, a divulgação das deliberações tomadas em plenário;

§ 2º Cada representante poderá externar publicamente o ponto de vista da entidade representada, ainda que em voto vencido.

Art. 21 As deliberações do Conselho constarão sempre das Atas das respectivas reuniões, às quais serão apreciadas para aprovação em reunião subsequente.

Parágrafo único O extrato do resultado das deliberações do Conselho será publicado em até 15 (quinze) dias após a reunião na sua sede e divulgada via e-mail aos Conselheiros e interessados.



CAPÍTULO V DAS ATRIBUIÇÕES SEÇÃO I - DA PRESIDÊNCIA

Art. 22 - São atribuições do Presidente:

- I- convocar reuniões, presidi-las e resolver as questões de ordem;
- II- submeter ao Plenário os assuntos constantes da pauta da reunião;
- III- dar posse aos representantes dos órgãos e entidades representadas no Conselho Municipal do Meio Ambiente;
- IV- consultar os órgãos e entidades representadas sobre a conveniência de substituição dos respectivos representantes;
- V- comunicar aos órgãos e entidades representados os casos de ausência de seus representantes a três reuniões consecutivas, solicitando as providências cabíveis;
- VI- determinar a publicação anual de quadro sinótico de registro de presença dos representantes do Conselho;
- VII- publicar até 31 de janeiro as resoluções proferidas no ano anterior;
- VIII- consultar entidades de direito público e privado, para obtenção de informações necessárias às atividades e finalidades do Conselho Municipal do Meio Ambiente.
- IX- incluir assuntos em pauta desde que aprovado pela plenário.

Art.23 - São atribuições do Vice Presidente:

- I- substituir o Presidente na sua ausência;
- II- auxiliá-lo em todos os assuntos pertinente ao Conselho.

Art.24 - São atribuições do Secretário Executivo:

- I- elaborar relatório anual de atividades realizadas pelo COMDEMA;
- II- manter sob sua guarda e responsabilidade todo o expediente do COMDEMA, bem como móveis e objetos por esta utilizados em suas atividades;
- III- executar as seguintes tarefas:
 - a) preparar a pauta dos trabalhos de cada reunião do COMDEMA;
 - b) elaborar as atas das reuniões e publicação dos respectivos extratos;
 - c) registrar a entrada e movimentação do expediente do COMDEMA;
 - d) encaminhar os pareceres, resoluções e outros documentos do Conselho Municipal de Saneamento Ambiental, das Comissões e demais Conselhos Temáticos;
 - e) codificar e arquivar para consulta, dos assuntos tratados nas reuniões;
 - f) atender a outras determinações do Presidente do COMDEMA;
 - g) promover o controle dos prazos;
 - h) proceder à publicação de atos.

SEÇÃO II - DO PLENÁRIO

Art. 25 É atribuição do Plenário do COMDEMA, decidir sobre as matérias constantes da pauta da reunião, bem como sobre outros assuntos que lhe forem submetidos pelo Presidente.



SEÇÃO III - DAS COMISSÕES INTERNAS

Art. 26 Poderão ser constituídas comissões internas para o melhor andamento dos trabalhos do COMDEMA, permanentes ou temporárias.

Art. 27 As Comissões internas deverão ser instituídas por meio de resoluções que fixarão as atribuições para cada comissão.

§ 1º A composição de cada comissão observará, sempre que possível, a participação proporcional dos representantes no Conselho.

§ 2º Poderá ser constituído concomitantemente quantas comissões temporárias forem necessárias, com objetivos e prazos para apresentação de relatórios estabelecidos no momento de sua instituição.

SEÇÃO IV - DOS REPRESENTANTES

Art. 28 É atribuição dos representantes proferirem votos, pedir informações, sugerir ao Presidente o exame de assuntos pertinentes ao Conselho, e ainda praticar outros atos para o fiel cumprimento de suas funções.

SEÇÃO V - DA SECRETARIA EXECUTIVA

Art. 29 O COMDEMA, contará com Secretaria Executiva, podendo ser supervisionada por servidor da DEPLAN ou do Departamento Municipal de Meio Ambiente denominado Secretário Executivo, indicado pelo Presidente do COMDEMA e referendado por deliberação da Plenária, com as seguintes atribuições indicadas no artigo 24.

CAPÍTULO VI DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 30 O mandato da diretoria do biênio 2015/2017 será até a segunda quinzena do mês de março do ano de 2017.

CAPÍTULO VII DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 31 Os casos não previstos neste Regimento serão decididos pelo Plenário.

Art. 32 Alterações a este Regimento serão submetidas à consideração do COMDEMA, sempre que solicitadas por no mínimo 6 (seis) de seus representantes ou pelo seu Presidente.



Art. 33. As despesas decorrentes deste decreto correrão por contas das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 34. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Bebedouro, 01 de Outubro de 2015.

FERNANDO GALVÃO MOURA
Prefeito Municipal

Publicado na Secretaria da Prefeitura Municipal em 01 de Outubro de 2015.

Ivanira A. de Souza
Secretaria